

O comum como ação coletiva no espaço e cotidiano
Commons as collective action at the space and everyday life

Julia Vilela Caminha

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

juliajvc@gmail.com

RESUMO

Entendendo o espaço como algo aberto, inacabado, produto e produtor, porém também material, visível e representação de relações sociais, então, sua produção é condição, meio e produto da reprodução espacial, sendo repleto de intencionalidades. Assim, em cada momento histórico se produz um espaço condizente com o modo de produção vigente e, na atual fase do capitalismo, esse está atrelado aos processos de mercadificação e metropolização, que cada vez mais excluem e segregam a sociedade – já que a produção do espaço se dá em função de necessidades político-econômicas e não para reprodução da vida social. O cotidiano, por sua vez, tem se caracterizado pela busca da ampliação do consumo como totalidade da reprodução focada no consumo; aparecendo, então, como o local da reprodução de tradições e valores, do banal, do programado e, por isso, de permanência e manutenção de situações alienadas e alienantes. O artigo busca demonstrar que também é no espaço que se materializam as tensões, interações e as lutas entre dominação e resistências, apoiando-se no cotidiano – já que neste está guardada a possibilidade de mudanças, na medida em que é nele que a existência humana se realiza. A partir disso, visualizamos que os comuns – entendidos como recursos materiais ou imateriais coletivamente compartilhados, usados e geridos por uma comunidade – seriam espaços apropriados coletivamente pela sociedade e se configuram como perspectivas de transição para uma cidade e uma sociedade mais justas.

Palavras-chave: comuns; espaço; cotidiano; ação; ocupações.

ABSTRACT

Understanding space as something open, unfinished, product and producer, but also material, visible and representation of social relations, thus, its production is a condition and product of spatial reproduction, being full of intentionalities. Therefore, in each

historical moment, there is a space that is consistent with the current mode of production and, nowadays, capitalism is linked to the processes of commodification and metropolization, which increasingly exclude and segregate society - since the space is due to political-economic needs and not to the reproduction of social life. The everyday life, on the other hand, has been characterized by the amplification of the reproduction focused on the consumption; appearing then as the place of the reproduction of traditions and values, of the banal, of the programmed and of the permanence and maintenance of alienated and alienating situations. This article seeks to demonstrate that tensions, interactions and struggles between domination and resistances materialize at the space, based on the everyday life - since in this is kept the possibility of changes, since it is in him that human existence is performed. Is possible to see the commons - understood as material or immaterial resources collectively shared, used and managed by a community - would be spaces appropriate collectively by the society and configure a perspective of transition for a city and a society more just.

Keywords: commons; space; everyday life; action; squats.

O espaço: produto e produtor

O espaço se apresenta como uma categoria de uso corrente, utilizada tanto no dia-a-dia quanto em diferentes ciências. No âmbito da Geografia, seu significado está em constante disputa pelas diferentes correntes de pensamento, embora tenha se estabelecido como categoria central da disciplina se sobrepondo às demais – paisagem, lugar, região e território. Devemos lembrar, porém, que “O espaço não pode ser visto com um objeto científico separado da ideologia, das relações de poder ou da política. É no espaço que se materializam as tensões, interações e as lutas entre dominação e resistências.” (FERREIRA, 2015, p.76). Assim, é importante entender a conceituação de espaço como algo aberto, inacabado, em constante transformação em função das discussões acerca de seu papel político.

Para Milton Santos, o espaço geográfico é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de um sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63). Assim, a partir da técnica, a ação do homem modifica a natureza, transformando-a em objetos artificiais, podendo, então, criar espaços. Neste sentido, a técnica é entendida como o conjunto de instrumentos que a sociedade

utiliza para alterar a natureza e criar o espaço geográfico, unindo os sistemas de ações e os sistemas de objetos.

O espaço supõe uma interação entre os objetos e as ações, ou seja, o espaço é o conjunto da interação entre ações e objetos como processo ou resultado, levando a uma multiplicidade de situações e processos. É então reflexo e impulsionador das ações (práticas espaciais) humanas, em suas dimensões coletivas e subjetivas. Às dimensões espaciais da realidade, não podem escapar as intencionalidades dos sujeitos, a partir das quais se transforma o espaço. Para Santos,

concretude e conteúdo em informação são, juntos, sinônimos de intencionalidade na sua concepção, isto é, da busca de adequação entre a estrutura, a natureza interna do objeto e a função a que se destina, essa extrema adaptação a uma ação planejada que torna possível sua exatidão e eficácia. (SANTOS, 2002, p.174)

Os elos entre os objetos e ações são fruto das intencionalidades, de tal forma que os sistemas de objetos condicionam as ações, mas ao mesmo tempo estas interferem na construção dos objetos. Assim, um não pode ser entendido sem o outro, pois o objeto necessita da ação para adquirir significado, enquanto a ação necessita de uma forma/objeto para se realizar, os objetos só têm sentido a partir da ação humana; assim, ao alterar o espaço, a sociedade altera a si mesma, de tal forma que o espaço se define como produto e produtor do homem e da sociedade.

Henri Lefebvre (2013), ao falar de espaço como produto e produtor, afirma que é produzido a partir de intencionalidades, e neste sentido, é importante se considerar a influência da produção do espaço no cotidiano de cada homem.

Por outro lado, o espaço é tanto algo material, visível, como representação de relações sociais, de tal forma que sua produção é condição, meio e produto da reprodução espacial (CARLOS, 2015). Assim, a construção do espaço é imanente à produção humana e também seu produto.

Entendendo que em cada momento histórico se produz um espaço condizente com o modo de produção vigente, vê-se que na atual fase do capitalismo surge uma nova noção de espaço, atrelada aos processos de mercadificação e metropolização, pelas quais sua reprodução possibilita a acumulação do capital. É preciso lembrar que, sob o capital, toda produção – ou trabalho humano – se transforma em mercadoria e o espaço não escapa a essa lógica. Isto porque

a produção do espaço-mercadoria realiza-se como extensão da propriedade privada do solo urbano e da terra e revela um novo momento da produção do social do espaço no qual as condições de acesso aos lugares de realização da vida são invadidas e mediadas

pelo valor de troca que desvaloriza as práticas submetendo-as as necessidades do mercado. (CARLOS, 2015, p.15)

Ou seja, a produção do espaço em função de necessidades político-econômicas se sobrepõe à produção do espaço para reprodução da vida social. E, assim, como qualquer outra mercadoria, o espaço é apropriado de diferentes formas pela sociedade.

O neoliberalismo – entendido aqui como mais do que uma ideologia econômica, mas sim como um sistema normativo – irá transformar profundamente o capitalismo, de tal forma que, no momento atual, ele se espraia para todas as esferas da vida humana. Assim, não só o espaço se modifica no âmbito neoliberal, mas também o cotidiano e o próprio ser humano.

Ao deslocar a dinâmica econômica do setor industrial para o terciário moderno, o neoliberalismo aprofundou as contradições existentes, na medida em que a cidade ganha novo destaque, se definindo como condição para a produção do capital. Desta forma, o atual processo de metropolização é uma parte ativa para a obtenção da mais-valia pelo capitalismo, acompanhada de uma sucessiva despossessão da grande maioria da população. Ainda, “a valorização do espaço como expressão da realização da propriedade privada da riqueza impõe-se para toda a sociedade, redefinindo os acessos aos lugares, criando interditos” (CARLOS, 2015, p.27).

Tanto para Lucio Kowarick (1979) como para David Harvey (2013), as cidades têm se tornado mais desiguais, fragmentadas e segregadas, sendo os enclaves fortificados – como os condomínios fechados, com suas guaritas de segurança –, a vigilância constante e a transformação do espaço público em privado exemplos dessa mudança que tornam hegemônicos os valores da política neoliberal de defesa da propriedade privada. É neste sentido que Harvey (2013) afirma que o direito à cidade está nas mãos de interesses privados, de uma pequena elite política e econômica que molda a cidade conforme seus desejos e necessidades. Assim, a exploração do trabalhador deixa de estar restrita ao local do trabalho, mas se inicia no espaço vivido dos trabalhadores, caracterizando a espoliação urbana¹. Alvaro Ferreira (2017) nos alerta, ainda, para a produção alienada de cidade – na qual a representação importa mais que a mercadoria e o próprio consumidor – que homogeneiza, fragmenta e hierarquiza. Assim, a cidade alienada se opõe ao cidadão. É fácil concluir, então, que na atual dinâmica neoliberal, o próprio espaço aparece como objeto de consumo, de modo que a disputa por ele se acirra.

¹ A partir de Kowarick (1979), entendemos espoliação como a sobre-exploração do trabalhador produzida pelas condições precárias de reprodução social na cidade.

Lefebvre já nos alertava que que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, 2001, p.22); neste sentido, a urbanidade, a característica do que é urbano, da cidade, vem sendo destruída, principalmente pela restrição dos espaços de encontro e convívio.

Assim, as inúmeras transformações pelas quais as cidades passaram em prol da manutenção do capitalismo não trouxeram somente mudanças em sua infraestrutura, mas também no modelo de vida urbano, agora baseado no consumismo. Da mesma forma que a cidade em si, a qualidade de vida para seus habitantes tornou-se uma mercadoria para os que possuem dinheiro.

A cidade capitalista criou o centro de consumo. [...] Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar [...] é o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca. (LEFEBVRE, 2001, p. 130).

Vivemos sob as condições do mundo neoliberal, no qual impera o individualismo, a fragmentação, o desprezo pelas ações coletivas, assim como pela impossibilidade de identidade urbana e de pertencimento a um todo maior. Isto é o que o neoliberalismo apregoa como modo “moderno” de vida. Porém, para alcançar uma verdadeira cidadania – o direito à cidade – é necessário romper com as ideias apresentadas pelas empresas do *mainstream*, pela sociedade burocrática de consumo e com o cotidiano programado.

Cotidiano como potência

O cotidiano – em uma sociedade burocrática de consumo dirigido² – se configura pela busca de ampliação do consumo como totalidade da reprodução focada no consumo. O cotidiano aparece como o local da reprodução de tradições e valores, do banal, do programado e, por isso, de permanência e manutenção de situações alienadas e alienantes. Porém, é também nele que está guardada a possibilidade de mudanças, na medida em que é nele que a existência humana se realiza.

² Definição desenvolvida por Lefebvre (1991) para a “nossa” sociedade, comportando: a racionalidade dessa sociedade e seus próprios limites – desenhados pela burocracia –, o objeto que ela organiza (o consumo ao invés da produção e da criação) e o plano, o esforço para o qual se dirige, o cotidiano.

Ana Clara Torres Ribeiro (2005) afirma que vivemos uma crise societária – fruto da metropolização e mercadificação do urbano que têm aprofundado as desigualdades sociais, com consequentes ondas de violência aberta, preconceito, exclusão e morte – que tem exigido o retorno a temas clássicos, como modo de vida e sociabilidade, e valorização do cotidiano e do lugar. Neste sentido, os vínculos sociais, as vivências, as experiências, a vida em sociedade e a solidariedade têm emergido como esperanças em um mundo descrente das instituições modernas – família, religião, escola, sindicato e partido político. A crise societária, ao mesmo tempo que provoca o esgotamento de formas coletivas, institucionais e tradicionais, é também impulso para movimentos de ação, de contraposição, de experimentações e – por que não? – de utopias.

O cotidiano – entendido como dimensão na qual ocorre a vida e fruto da ação humana, do banal, do programado – produz o espaço e por ele é produzido, assim, pode ser um meio para novas representações da produção do espaço que fujam ao planejamento estratégico e ao trinômio homogeneização-fragmentação-hierarquização (FERREIRA, 2015). Afinal, o cotidiano incorpora não só ações subordinadas à rotina e ao controle, como também ações novas e de ruptura, ações que comportam a dimensão da espontaneidade. Neste sentido, estas ações

não se encontram sempre orientadas por projetos estabilizados, mas por intenções muitas vezes difusas e não plenamente constituídas. Tais intenções guardam as potencialidades da modelização inovadora e não sistêmica, correspondendo à possível emergência de projetos de modernidade efetivamente múltiplos e democráticos, transculturais e identitariamente compromissados (RIBEIRO, 2000, p.242, grifo da autora)

Assim, faz-se necessário ultrapassar a escala do banal, do comum, do pessoal, do agora, romper com a alienação e com o cotidiano programado.

Voltando a Ribeiro (2005), a autora utiliza a noção de *gestos-fio* – gestos impensados, mas que podem trazer descobertas novas e vínculos imprevisíveis – que podem ser entendidos como potências, já que são fruto da ação espontânea e podem reafirmar a sociabilidade, rompendo com a racionalização do cotidiano. Entendemos, então, que os gestos-fio são pequenas disrupções ao cotidiano programado, quando alguém supera a operacionalização e age “naturalmente”. Aqui, a autora se aproxima de Michel de Certeau (1998), para quem o cotidiano ocorre justamente pelas *artes de fazer*, as *astúcias*, as *táticas de resistência* de se viver na sociedade do consumo, entendidas como microresistências, microliberdades ou a simples capacidade de se (re)inventar através da alteração de códigos, objetos e (re)apropriação do espaço.

Certeau afirma que o *homem ordinário* inventa o cotidiano de diferentes formas, escapando à conformação da sociedade do consumo. Este homem ordinário se aproxima da ideia de *homem lento*, de Milton Santos (2002), o homem comum, do lugar, que resiste às forças externas e da globalização. Lefebvre (1967), por sua vez, ainda nos fala em *resíduos*, locais irredutíveis aos sistemas hegemônicos.

Seja como for, o que todos esses autores apontam é que, por mais que seja hegemônico, o modelo não é único e sempre haverá resistência, mesmo que pequenas e imperceptíveis; sempre existirão grupos sociais excluídos, fora do modo de produção capitalista, que buscam novas ou outras saídas. Por isso, Lefebvre (1967) afirma que os resíduos destroem por dentro os sistemas que tentam absorvê-los; portanto, reunir os resíduos é um pensamento revolucionário. O próprio modelo dominante cria os substratos necessário para a sua superação. Neste sentido, esses homens comuns, lentos ou ordinários, não apenas sobrevivem, mas buscam viver, através da resistência. Esta ocorre pela apropriação do espaço. Não se pode, então, renegar o pequeno, o fugaz, pois ele pode ser a porta para experiências (e resistências) maiores.

Ao se falar de ação, temos que considerar o significado de ator e agente (Ferreira, 2013) para melhor entender a ação social; pois, apesar de ambas categorias estarem ligadas ao agir, os pontos de partida são distintos,

O agente operacionaliza (“age”), sem que a ação passe pelo plano da consciência, ou seja, sem que haja intencionalidade. Age-se por necessidade, por estar vinculado a uma subjetividade coletiva/cultural. O agente, por vezes, banaliza a lógica vigente e se configura como “uma espécie de produto do sistema” (FERREIRA, 2013, p.56). Assim, apesar do agente ser um realizador de ações, não é ele que as concebe, mas sim o ator.

A noção de ator, assim, “incorpora autonomia, capacidade reflexiva e a própria manipulação” (FERREIRA, 2013, p.55). Neste sentido, o ator “atua” reflexivamente, estrategicamente, inventivamente, colocando em disputa conhecimento e estratégias. Nega-se, então, a ideia do ator preso a um roteiro pré-estabelecido.

O homem, como sujeito, incorpora ambas as categorias – ator e agente –, porém, como forma de se sustentar na vida, não indaga em todos os momentos assim possui um duplo papel, pesando a cada instante para cada lado: às vezes mais agente, às vezes mais ator. Porém, em uma ação de resistência, o sujeito é sempre ator. Assim, quando falarmos de sujeitos de resistência, transformadores, estamos falando a partir do âmbito do ator. No próximo item trataremos do *comum* como uma possibilidade de ação do ator para modificar não só seu cotidiano como o espaço.

O comum como possibilidade

Na contraface destes mecanismos de poder, surgem movimentos sociais expressivos da resistência à opressão oriunda da reprodução sistêmica, articulada à fase contemporânea do capitalismo. Como consequência, a ação social resistente aos mecanismos de controle da vida coletiva tende a ocorrer, ou a ser estimulada, em espaços sociais até recentemente desconsiderados pelos aparelhos políticos da modernidade (administração pública, partidos e sindicatos). A ação desloca-se para o dia-a-dia, emergindo em inesperados espaços públicos e privados no âmago do tecido social. [...] Esta profunda mutação, observada nas últimas décadas, também constitui um dos veios explicativos da valorização contemporânea do espaço. De fato, implica que práticas sociais [...] passassem a ser depositárias de energias utópicas e, simultaneamente, de novas formas de exercício do poder. (RIBEIRO, 2013, p.138)

Os conflitos sociais não se resumem apenas às disputas materiais, mas também abarcam as disputas simbólicas. Desta forma, a reapropriação por meio das ocupações políticas vem acompanhada pela transformação dos modos de vida, uma busca por uma forma de viver diferente da institucionalizada, dando maior importância ao valor de uso do que ao valor de troca. Neste sentido, concordamos com Ferreira (2015) que o espaço é tanto onde se materializam as diferenças como também onde se pode vislumbrar novas possibilidades, sendo então lugar da contestação, da rebeldia, do encontro e da ação.

Em seu último livro, “Guerra dos Lugares”, Raquel Rolnik (2015) aborda o processo de financeirização das cidades e suas consequências, em especial o impacto sobre os direitos à terra e à moradia. Trata das práticas dominantes que têm transformado, o espaço urbano em um espaço alienado. Porém, ao final, Rolnik nos traz uma perspectiva, afirmando que a implementação do modelo neoliberal não ocorre sem resistências, sem batalhas políticas e sociais, sem quebras de consenso.

Estamos, portanto, diante de uma ‘guerra dos lugares’ ou de uma guerra ‘pelos lugares’. Nessa guerra, o que está em jogo são processos coletivos de construção de ‘contraespaços’: movimentos de resistência à redução dos lugares a loci de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis (ROLNIK, 2015, p.378).

Na conjuntura desses ‘contra espaços’, espaços alternativos ao modelo hegemônico, encontram-se as ocupações. Afinal, “a ocupação empreendida por um movimento social significa ‘liberar’ o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa das autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório)” (ROLNIK, 2015, p.377).

Consideramos que as ocupações dialogam diretamente com o direito à cidade, entendendo que ele abarca, além do acesso e uso dos recursos urbanos, o direito coletivo (e não individual!) a mudar e reinventar a cidade segundo nossos desejos (HARVEY, 2013). O direito à cidade configura-se pelo habitar como atividade de apropriação, incluindo (e precisando) da participação popular. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade constitui-se pelo direito à vida urbana, à uma centralidade renovada ao usufruto da cidade, por meio da priorização do valor de uso e também do acesso universal à cidade. Afinal, “para mudar a vida é preciso mudar o espaço, é preciso questionar a propriedade privada so solo, é preciso valorizar o espaço público e lutar por ele” (FERREIRA, 2017, p. 101). É neste sentido que afirmamos que a luta pelo direito à cidade se inicia pela luta em reorientar o espaço urbano, de forma que as insurgências podem portar outras (ou até mesmo novas) urbanidades e usos, como os *comuns*.

Pierre Dardot e Christian Laval (2017) apontam que Michael Hardt e Antonio Negri produziram a primeira teoria do comum, de tal forma que este “se tornou a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.18). Assim, a ideia do comum configura-se não como uma terceira opção ao privado e ao público, mas sim como uma segunda via, antagonista, à gestão do capital e seus meios de produção (aqui incluídos os públicos e privados) (NEGRI, 2008). Desta forma, entendemos o fortalecimento da ideia do comum³ nos últimos anos como uma reação ao neoliberalismo, que toma corpo a partir das reivindicações de cidades mais abertas e democráticas ao uso para todos.

Sinteticamente, os comuns são “bens e recursos, materiais ou imateriais, que são coletivamente compartilhados, usados e geridos por uma comunidade, por meio de uma série de práticas, regras e saberes também concebidos e decididos pela comunidade” (TONUCCI FILHO; COSTA, 2017, p. 3). De tal forma que os *comuns* são objetos, *comuna* é o autogoverno e *comum* o princípio político que rege toda essa atividade (DARDOT; LAVAL; 2017).

O comum se conforma como uma prática de autogoverno, orientada pela cooperação democrática, na qual se necessita descobrir os melhores mecanismos

³ É importante salientar que o comum não é algo novo, ele era a forma predominante antes do estabelecimento do capitalismo como modo de produção dominante. Aliás, seu próprio fim – ou a tentativa de seu fim – significou as bases para o advento capitalista, através do cercamento (*enclosure*) das terras comunais inglesas. Os comuns tampouco sumiram completamente, ao longo dos séculos foram, porém, “invisibilizados” pelas ideologias proprietárias privada e pública e por novas práticas de cercamento urbanos que se utilizam da privatização de áreas públicas e comuns para uma reestruturação neoliberal.

para gerir, desenvolver e sustentar o próprio comum. É a partir desta visão que David Bollier (2014) afirma que vivemos uma revolução silenciosa na qual devemos escolher entre ser um *commoner* (aquele que pratica comum) ou continuar a sofrer pilhagem e espoliação. Ao optar pelo comum, estaríamos reconstruindo nossa sociedade.

A ação política por parte dos cidadãos é necessária para a transformação dos espaços e bens públicos em comuns, através da apropriação dos primeiros (HARVEY, 2013). Desta forma, os comuns não são apenas recursos ou equipamentos, são também relações, sendo necessário o empenho coletivo para que ele aconteça, representando, ainda, a ação de resistir, através da luta pela apropriação coletiva.

Desta forma, a manutenção dos comuns exige esforço para que não haja a supressão do comum, garantindo que seus valores sejam ensinados e constantemente renovados. Afinal, o pessoal é político, assim, ao mudar nosso mundo, mudamos a nós mesmos e, portanto, é preciso mudar nossas lógicas internas para efetivamente mudar as externas, por isso a prática insurgente tem que ser vivenciada, experimentada. Somente assim será possível evitar a capitalização dos comuns, pois, como nos alerta Harvey (2006; 2013), quanto melhor a qualidade do comum criado, maior será o interesse em sua apropriação e na maximização do lucro privado. Portanto, é importante diferenciar comuns de apropriações privadas do espaço público, com intuito de lucrar e que se constituem como simples eventos: “a desavergonhada transformação em *commodities* e comercialização de tudo são, afinal, indicadores dos nossos tempos” (HARVEY, 2006, p.235).

Lembrando que o pessoal é político, é importante considerar que, ao mudar nosso mundo, mudamos a nós mesmos, mudamos nossas lógicas internas para efetivamente mudar as externas – em outras palavras, devemos, então, ativar nosso lado ator – ou o nosso *arquitecto rebelde*⁴ – e agir para obter mudanças no cotidiano e no espaço. Como tal, é a partir do momento em que o trabalhador se dá conta de sua situação social e econômica que ele poderá contestá-la. Acreditamos que as ocupações possuem potencial para o empoderamento e a ‘liberação cognitiva’ da população, já que permitem a visualização de oportunidades e de apoio coletivo (PRUIJT, 2013, p.17).

Ainda sobre as ocupações, acreditamos que sua importante característica é ser a negação das formas de dominação existentes: política, econômica, social, cultural. Afinal, nelas há ausência de relações sociais baseadas na exploração do trabalho; organização interna horizontal; crítica à relação dominante entre as necessidades de sobrevivência e a maneira como devem ser satisfeitas; além, é claro, da utilização do

⁴ Uma metáfora criada por Harvey (2009) para nossa própria condição de atores de nossas práticas cotidianas e que possibilita reconstruir nosso mundo de vida.

estoque de imóveis vazios – o motivo da existência das ocupações –, que é considerada uma grande afronta à propriedade privada. Neste sentido, o ato de “ocupar é uma negação à dominação existente” (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014, p.239, tradução nossa⁵).

Desse modo, as ocupações dialogam diretamente com o comum, na medida em que este se baseia em dois aspectos fundamentais: a democracia real, pelo autogoverno, e o ataque ao direito de propriedade, fortalecendo o direito de uso. Assim, as ocupações urbanas – enquanto ação de apropriação de um espaço vazio, ocioso, abandonado, como meio para distintas necessidades: moradia, trabalho, lazer, criatividade e lutas política e social – são o caminho pelo qual podemos criar os comuns, pois visam não só satisfazer as necessidades de moradia e de espaços de sociabilidade, mas também são práticas de diferentes modelos de organização do trabalho e tomada de decisões internos, mais participativos e horizontais. a ocupação como comum é, pois, uma resposta direta ao fracasso do capitalismo e do estado de bem-estar, que não foram capazes de suprir as carências da nossa sociedade.

Novamente recorrendo a Harvey, em “Espaços de Esperança” (HARVEY, 2009), o autor salienta que o agir do arquiteto rebelde ocorre em diferentes escalas ou teatros de ação, porém, estes são constitutivos uns dos outros, assim, a ação rebelde deve ocorrer em todos eles, se apoiando mutuamente. Com isso, ressaltamos que a transformação é um processo, uma construção social e, por isso, é necessária a perspectiva de uma longa revolução coletiva. Assim, não podemos dispensar experiências fugazes ou pequenas, elas também fazem parte dessa trajetória.

Novos ideários políticos que valorizam a autogestão têm emergido no cenário crítico mundial e estimulam a criação de formas de representação política que não as da atual democracia representativa. Novas experiências surgem a cada dia e com elas podemos aprender e, quem sabe, gerar novas utopias. Os comuns, como lugares da apropriação pela sociedade do espaço através da ação coletiva, baseada na autogestão, se configuram como perspectivas de transição para uma cidade e uma sociedade mais justas. O comum se aproxima, então, da ideia de Marx sobre a verdadeira democracia, a qual se funda na autodeterminação e no autogoverno, ao passo que a revolução para ele ocorre pelo ato de apropriação das condições de vida pela comunidade, ocasionando mudanças no sentido de vida⁶.

⁵ “squatting is a negation of already existing domination” (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014, p.239).

⁶ Vianna (1996), a partir de Gramsci, fala de *revolução passiva* ao tratar de “mudanças com conservação”, quando ocorre uma “revolução” sem participação da massa popular, mas algumas demandas populares são atendidas, dando a ideia de renovação, mas continua sendo

o governo de alguns para alguns. Por isso, revolução não pode ser confundida com golpe de Estado – como o caso de 1964, no Brasil.

Referências Bibliográficas

BOLLIER, David. **Think like a commoner**: A Short Introduction to the Life of the Commons. Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 53-74.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

FERREIRA, Alvaro. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **O Espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 91-120.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. **Rebel Cities**: from the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2013.

KOWARICK, Lucio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300009&lng=en&nrm=iso, acessado em 18 de janeiro de 2018.

MARTÍNEZ, Miguel A.; CATTANEO, Claudio. Conclusions. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). **Squatters movement in Europe**: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism. Londres: Pluto Press, 2014. Pp. 237-249.

NEGRI, Antonio. **La Fábrica de Porcelana**: Una nueva gramática de la política. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2008.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe**: Radical Spaces, Urban Strugles. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 17-60.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. In: **Repensando a experiência urbana da América Latina**: questões, conceitos e valores, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma Sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Volume 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 2002.

TONUCCI FILHO, João B. M.; COSTA, Heloisa Soares de Moura. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana?. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. **Dados**, v.39, n.3, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004, acessado em 15 de janeiro de 2018.